



O Livro-Reportagem como testemunho: imagens de Ruanda¹

Morgani GUZZO²

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Níncia Cecília Ribas BORGES-TEIXEIRA³

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

Resumo

Há várias maneiras de relatar um acontecimento. Tanto no Jornalismo quanto na História, os profissionais precisam pesquisar e analisar suas fontes de forma a construir um relato verossímil e de credibilidade. O livro-reportagem do jornalista Philip Gourevitch *Gostaríamos de Informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias - Histórias de Ruanda*, é um exemplo de trabalho jornalístico árduo para a compreensão de um dos maiores massacres da humanidade: o genocídio em Ruanda no ano de 1994. Por meio da leitura de teorias da História e do Jornalismo e da análise dos recursos narrativos do livro-reportagem, busca-se determinar os aspectos jornalísticos e históricos da obra, assim como quais os métodos utilizados na construção de uma narrativa mais sensível sobre as histórias de Ruanda.

Palavras-chave: Jornalismo; História; Livro-reportagem; Ruanda; Genocídio;

1. Da indiferença mundial à investigação

Quando um grande acontecimento não é divulgado à população mundial com a intensidade que deveria ser, pode-se imaginar que algo está impedindo que o fato seja informado para o mundo. Seja por interesse – ou desinteresse – dos governos ou da própria mídia, o genocídio em Ruanda⁴ passou praticamente despercebido enquanto ocorria em 1994.

Treze meses depois, o jornalista Philip Gourevitch foi até Ruanda para investigar, pesquisar e conversar com assassinos, refugiados, governantes, suspeitos e sobreviventes para tentar compreender a tragédia. O mergulho pelas histórias de Ruanda resultou em um livro-reportagem denso, digno de ser considerado um produto de jornalismo e história social.

A profundidade de uma abordagem histórica é o que torna o ofício do historiador um trabalho árduo de seleção de fontes, análise de documentos e conhecimento sobre o

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Jornalismo, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Graduada do curso de Comunicação Social – Jornalismo, integrante do Grupo PET-Letras e bolsista do Projeto de Iniciação Científica pela Fundação Araucária. E-mail: morgani.g@hotmail.com

³ Orientadora do Trabalho. Pós-doutora em Ciência da Literatura e professora do Departamento de Letras da UNICENTRO.

⁴ Massacre da minoritária etnia tutsi pela etnia hutu em 1994. Incentivado pelo próprio governo de Ruanda, a população hutu matou mais de 800 mil tutsis.



contexto histórico que desencadeia o fato abordado. Em contraposição, há a informação do jornalista, que factual, nem sempre abrange todos os ângulos do fato, assim como pode deixar de abordar toda a amplitude do contexto. Tal diferença básica entre as produções historiográficas e jornalísticas, entretanto, é contestável quando falamos de um produto específico do jornalismo investigativo: o livro-reportagem.

A reportagem possui características marcantes. Com voz autoral, o jornalista escreve como se contasse uma história sob diversas angulações, diferente da unilateralidade das redações diárias. Tal aspecto é possível dependendo da capacidade investigativa e interpretativa do jornalista. Outro aspecto da reportagem é a narrativa: elementos como o apelo ao humano e a escrita atraente são indispensáveis a uma reportagem.

No formato de livro, a reportagem aumenta sua dimensão e, ao jornalista, é permitida uma liberdade maior de escrita. Segundo Edvaldo Pereira Lima, “[...] na medida em que certos temas importantes não têm nos veículos jornalísticos convencionais a guarida que merecem, [...] a alternativa natural é a elaboração da grande reportagem, na forma de livro.” (LIMA, 1998, p.12). Foi esta a opção de Gourevitch no caso do genocídio.

A união de pesquisa documental, análise dos fatos e entrevistas fez com que o livro *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias – Histórias de Ruanda* se concretizasse como uma leitura importante e diferenciada para o entendimento do fato, na medida em que abrange o sofrimento daquelas pessoas, o problema das etnias na África, a indiferença mundial em relação àquele continente e, principalmente, a capacidade do poder do governo de “fabricar” assassinos.

2. A partir do fato: contar as histórias

A história da humanidade vem sendo escrita tendo como objeto os grandes feitos do homem, as grandes guerras, os amplos avanços. Enquanto tudo o que é grande e possui movimento rumo ao desenvolvido foi lembrado, o lado dos mais fracos, ou seja, a grande parcela da humanidade, geralmente vem sendo esquecida ou desconsiderada.

Ruanda é um pequeno país da África, colonizado após a Primeira Guerra Mundial pela Bélgica e arruinado pela manipulação dos colonizadores no sentido de submeter uma etnia à outra. Por meio da Igreja Católica, os belgas manipularam a classe alta da etnia *tutsi* para que reprimissem os *hutus* com altos impostos e trabalho forçado.



Dessa repressão, surgiu uma rixa entre as duas etnias que, mesmo com a miscigenação, resultou em um dos maiores massacres da história: o assassinato de cerca de 800 mil pessoas da etnia *tutsi* em 1994.

Esse foi o fato. Restam agora as histórias.

Philip Gourevitch visitou o cenário ruandês durante três anos após o massacre. O jornalista norte-americano, que integra o quadro de escritores da revista *The New Yorker* e é editor colaborador do *Forward*, entrevistou centenas de pessoas, desde assassinos, vítimas, suspeitos até os governantes, buscando algum entendimento do genocídio por meio das histórias. Seu livro *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias – Histórias de Ruanda*, apresenta relatos sensíveis de um acontecimento pouco noticiado pela mídia e pelo qual poucas pessoas, inclusive os governos da chamada “comunidade internacional” tiveram interesse.

As técnicas utilizadas por Philip Gourevitch muito se assemelham aos métodos de pesquisa do historiador. Tal proximidade metodológica levanta uma polêmica questão entre estudiosos das duas áreas de conhecimento: um jornalista está apto a escrever um documento que poderá ser considerado histórico?

Há muitas discussões em torno da história e da literatura, assim como da história e do cinema. O principal pilar da discussão gira em torno do que é ficcional e o que é verdadeiro na narração de um acontecimento por cada uma das áreas. Já o jornalismo, muitas vezes inferiorizado por trabalhar essencialmente com o conteúdo factual, fica fora dessas discussões. Mas, assim como o objetivo do historiador se resume em apresentar e interpretar um fato, analisando suas causas e conseqüências da maneira mais verossímil possível, o jornalista também não pode lançar mão de conteúdos fictícios, ficando, assim, submetido ao fato e à “verdade” de suas fontes.

Parafraseando Hayden White, a história é uma narrativa como tantas outras e o papel do historiador é apenas construir uma visão plausível da realidade e criar um passado. Esse posicionamento aproxima o discurso da história a outros escritos da ficção, o que geralmente não agrada os historiadores. (LEENHARDT & PASAVENTO, 2008).

2.1 Contar as histórias pelo método historiográfico

A história como disciplina surgiu apenas no século XIX. Nessa época, além de formar profissionais que ensinassem a disciplina nas escolas, os teóricos da História



tinham a responsabilidade de atender às exigências deste saber, seus métodos e a demanda por quadros particulares. Nessa história chamada de tradicional, havia uma grande preocupação de aproximar a historiografia às ciências dominantes do século, tais como sociologia e filosofia, então o que se pretendia era que o historiador fizesse uma ciência pura, que visasse apenas “encontrar fatos, descobrir verdades”.

Com o intuito de caracterizar a História como ciência pura, a imparcialidade e objetividade eram vistas como imprescindíveis na documentação. Os procedimentos da escola metódica (sistematização de métodos e práticas profissionais) tiveram grande destaque na segunda metade do século XIX.

Para que o trabalho do historiador tivesse credibilidade e fosse publicado, algumas características eram exigidas: a originalidade, o ineditismo e que viesse acompanhado de provas de cada afirmação contida. A objetividade era supostamente garantida pela utilização cuidadosa das fontes. Por meio do método científico utilizado na descoberta dos fatos, os documentos históricos ganharam conceito de verdade e foram negados os elementos fictícios que formavam sua composição.

A partir da fundação da Revista dos Anais (*Revue des Annales*), em 1929, um novo paradigma é imposto aos estudos históricos: novos objetos, novas fontes, novas técnicas, novos conceitos, novas instituições, obras e historiadores-modelo. Essa renovação em história é, segundo o historiador José Carlos Reis, resultado de uma

[...] mudança profunda na representação do tempo histórico, apoiada em mudanças ocorridas na história efetiva. É esta reconstrução que permite a renovação teórico-metodológica da história, pois é a partir dela que se distinguem novos objetos, que se formulam novos problemas e reformulam-se os antigos, que se constroem novas abordagens (REIS, 2000, p.14).

A principal proposta do programa dos *Annales* foi a interdisciplinaridade; e o que unia os principais autores da escola (Febvre, Bloch, Braudel e os representantes da 3ª geração) foi “a perspectiva da longa duração, a tentativa de superação do evento, a partir da influência das ciências sociais, que permitiu a interdisciplinaridade” (REIS, 2000, p.20). A renovação resultou também em uma mudança nas técnicas e métodos. A documentação tornou-se relativa “à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, às suas crenças coletivas.” (idem, p. 24).

Um dos fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre propôs uma ampliação do conceito de pesquisa histórica, que não apenas baseada em documentos, mas possível

sem eles, caso não existam. Estimulou então uma história capaz de manipular instrumentos próprios, que alargavam o campo de pesquisa.

A partir dos *Annales*, a intenção de narrar os fatos tal como se passaram, buscando a existência de uma verdade que seria revelada pelo historiador, passam a não fazer mais sentido e as fronteiras entre o real e o ficcional e entre a imparcialidade e a subjetividade praticamente desaparecem. O historiador começa “aparecer” na pesquisa, admitindo seus métodos, seus pressupostos e conceitos, suas hipóteses e problemas.

Associada à Escola dos *Annales* (*École des Annales*), surge o conceito de Nova História. A Nova História surgiu na França, a partir de uma coleção de ensaios editados por Jacques Le Goff de nome *La nouvelle histoire* (BURKE, 1992), e as diferenças entre a historiografia tradicional e esse novo conceito de história permitem a expansão da interdisciplinaridade conquistada pelos *Annales* e o obscurecimento da linha de separação entre história e as outras narrativas como o jornalismo.

Para o historiador Peter Burke (1992), há algumas diferenças essenciais entre os historiadores tradicionais e os estudiosos da nova história. Segundo o paradigma tradicional, a história é essencialmente uma narrativa, baseada em documentos e que oferece uma visão de cima, sempre concentrada nos grandes feitos dos grandes homens – estadistas, generais ou eventualmente eclesiásticos. A Nova História, ao contrário, se preocupa com as estruturas, com a “história vista de baixo”, ou seja, com “as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência de mudança social” (BURKE, 1992, p.12-13). O movimento da “história vista de baixo” também expôs as limitações dos registros oficiais, pois expressam apenas o ponto de vista oficial.

A idéia de que “a História é objetiva” é novamente questionada. Burke argumenta que

[...] hoje em dia, este ideal é, em geral, considerado irrealista. Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. [...] Nossas mentes não refletem diretamente a realidade (BURKE, 1992, p.15).

Tais renovações no campo metodológico e técnico do fazer histórico aproximam o método do historiador ao do jornalista na medida em que se compromete em retratar o “verossímil” e não mais da verdade. O jornalista faz uso de métodos semelhantes ao do historiador em relação à pesquisa documental, entrevistas, reflexão sobre o contexto histórico. Mas na medida em que o jornalista trata o fato como meramente factual – natural em muitos gêneros jornalísticos - deixa de conseguir alcançar o domínio histórico possível por meio de seus métodos.



2.2 Contar as histórias pelo método jornalístico

O modo como o fato é tratado pelo jornalista pode diferir conforme o gênero jornalístico. Por exemplo, a notícia, veiculada nos meios convencionais (rádio, televisão, jornal, *websites*), é a informação rápida, de interesse público geral, inédita, que preza pela veracidade, mas que perece em poucas horas. Já a reportagem é o aprofundamento do fato, demanda mais tempo do jornalista em pesquisa e entrevistas e situa melhor o leitor quanto à origem e às implicações. Segundo Edvaldo Pereira Lima (1998), o gênero reportagem é “uma forma de mensagem mais rica, cujo teor procura redimensionar a realidade sob um horizonte de perspectivas onde não raro existem várias dimensões dessa mesma realidade” (LIMA, 1998, p.10). Por seu caráter mais profundo e literário, a reportagem circula geralmente em meios não convencionais do jornalismo, pois exige um longo período de pesquisa, entrevista, análise das fontes e escrita.

Um dos locais onde a grande reportagem atinge sua excelência é no livro-reportagem. Unindo jornalismo investigativo e jornalismo literário, o livro-reportagem informa com profundidade ao mesmo tempo em que cativa o leitor da primeira à última página. É um exercício de jornalismo que demanda muito tempo, mas é o registro onde o jornalista tem mais liberdade de escrita, por não estar atrelado a um veículo empresarial e a uma linha editorial específica.

O livro-reportagem é, também, uma maneira de divulgar acontecimentos que tiveram pouca repercussão, apesar de serem de grande importância. Esta é a principal motivação que leva um jornalista a se envolver em anos de pesquisa sobre um determinado acontecimento. O fato, que não teve a cobertura merecida pela mídia, ganha um relato mais denso e completo nas páginas do livro-reportagem.

Motivado pelo pouco caso no tratamento da mídia no caso do genocídio de Ruanda, Philip Gourevitch, nos três anos de pesquisa, visitou lugares, ouviu pessoas e examinou todos os aspectos da história ruandesa para tentar reconstruir o drama dos envolvidos em um dos piores massacres da humanidade.

3. O jornalismo (não) é história?



As mudanças ocorridas no método histórico possibilitadas pelo surgimento dos *Annales* e, após, com a Nova História, ampliou o leque de fontes e mudou a visão da objetividade da narrativa.

[...] A pretensa objetividade do fazer histórico deixa evidente critérios subjetivos, como a seleção dos documentos e fontes utilizados, o ponto de vista adotado pelo historiador, os métodos escolhidos, os objetivos propostos e até mesmo a própria estrutura narrativa, que pouco difere daquela utilizada pelos romancistas (ESTEVES & MILTON. In. CARLOS & ESTEVES, 2007, p. 12).

Então, se é possível constituir uma relação entre história e literatura, apesar de a primeira trabalhar apenas com a realidade e a segunda abusar da imaginação, o que se poderia dizer sobre a escrita jornalística que além da narrativa, compara-se, também, com o objeto de estudo e com os métodos de pesquisa da história?

Ao escrever sobre o genocídio em Ruanda, o jornalista Gourevitch produz um resultado de jornalismo e história social. A utilização de fontes como documentos históricos na construção do relato da tragédia dão a credibilidade ambicionada tanto por jornalistas, quanto por historiadores. “[...] Por causa de toda essa miscigenação, etnógrafos e historiadores chegaram ultimamente à conclusão de que os *hutus* e os *tutsis* não podem propriamente ser considerados grupos étnicos distintos” (GOUREVITCH, 2000, p.58).

O historiador Miguel De Certeau, ao considerar o conceito de “história-problema”, o qual reconhece a impossibilidade de narrar fatos históricos “tal como se passaram”, concorda que o historiador escolhe seus objetos no passado, interrogando-os a partir do presente, assim como

[...] explicita a sua elaboração conceitual, pois não pretende se “apagar” na pesquisa, em nome da objetividade. Ao contrário, exatamente para ser mais objetivo, o historiador “aparece e confessa” seus pressupostos e conceitos, seus problemas e hipóteses, seus documentos e suas técnicas e as formas como as utilizou e, sobretudo, a partir de que lugar social e institucional ele fala (DE CERTEAU apud REIS, 2000, p.74).

Essa característica do fazer histórico está presente em todo o relato do jornalista no livro-reportagem.

Eu receberei a dica de que o pastor Ntakirutimana estava trabalhando numa loja de alimentos naturais, mas depois de investigar nuns poucos lugares com nomes como Casa Ginseng e Fiesta Natural, que se revelaram especializados em remédios à base de ervas para prisão de ventre e impotência, voltei para Potrero. (GOUREVITCH, 2000, p. 44)



Quanto à narrativa, o jornalista Philip Gourevitch deixa marcas de suas impressões, como é perceptível em diversas passagens nas quais o jornalista narra a conversa com alguma testemunha, mostrando as características e formando opiniões sobre o indivíduo.

Os soldados estavam bêbados demais para conversar, mas um civil no grupo deles, um homem vestido de agasalho esportivo negro brilhante, parecia determinado a demonstrar sobriedade. Estava sentado bem ereto, com os braços cruzados sobre o peito, olhar enviesado, ao mesmo tempo ausente e avaliador (GOUREVITCH, 2000, p.09).

Se ao imprimir impressões pessoais sobre alguma situação o jornalista poderia se afastar da objetividade da narrativa histórica, Esteves e Milton afirmam que algumas das outras marcas da nova modalidade dessa narrativa incluem as “distorções conscientes da história, mediante anacronismos, omissões ou exageros, associadas à utilização de metaficção ou comentários do narrador sobre o processo de criação” (ESTEVES & MILTON, In. CARLOS & ESTEVES, 2007, p.17).

Há um relativismo nas interpretações, seja elas de um historiador ou de um jornalista. Cada historiador tem uma interpretação, assim como cada jornalista verá de um ângulo diferenciado os aspectos envolvidos no fato. A idéia de todo o discurso ser moldado pela subjetividade humana tem cada vez mais ênfase na comparação de narrativas.

Segundo o historiador Michel Vovelle, um dos mais importantes expoentes da história das mentalidades, campo de investigação delimitado a partir da idéia de “tempo longo” formulado pelos *Annales*,

[...] tem-se a impressão que o interesse do historiador não é mais a pesquisa de uma realidade, mas do ‘olhar sobre’. Estamos atualmente num período do estudo do olhar sobre o olhar, abordagem que dá a sensação de desfazer toda uma parte da trama do discurso histórico. (VOVELLE, In. D’ALESSIO, 1998, p.84)

A História preocupa-se em tratar de datas, fatos e personalidades contextualizando-os e buscando um entendimento das causas do que já ocorreu e do que está ocorrendo. A matéria-prima da história são os fatos, concretizados na medida e que o historiador levanta os dados. As provas que são levadas em consideração são de natureza variada, haja vista a pluralidade de documentos deixados pelo homem.

O Jornalismo preocupa-se basicamente em informar, entretanto, na forma de livro-reportagem a preocupação vai além da informação e passa a ser a compreensão do acontecimento levando em consideração toda a amplitude das causas, desencadeamento



e conseqüências. Segundo Lima, “o livro-reportagem procura é atingir uma harmonia entre duas qualidades: eficiência e fluência.” (LIMA, 1998, p.42). A eficiência quer dizer a compreensão do fato e a orientação da opinião pública por meio da ampla informação conseguida na investigação. A outra qualidade citada por Lima é a fluência, ou seja, a elegância que é obtida com a utilização dos recursos literários.

Tanto a História quanto o Jornalismo interpretam os acontecimentos sabendo que uma verdade única não existe e que não é possível o autor ser completamente neutro no relato. Apesar disso, ainda há a exigência de não explicitar nenhum juízo de valor que comprometa a narrativa.

A obra histórica é o resultado de operações intelectuais de corte, medida, quantificação, numeração, datação, mapeamento, tabelamento, conceituação, modelização, problematização. É um conhecimento marcado pela não adesão, pela não-legitimação do vivido, pela neutralidade em relação a valores (REIS, 2000, p.34).

A história, assim como o jornalismo, relata uma versão da realidade, uma representação. A historiadora Madeleine Rebérioux, sugere que a palavra *representação* cobre modos de expressão tanto literários quanto artísticos que “em um determinado período, dão acesso ao presente, podendo-se incorporar ao passado”, parecendo, portanto, “incorreto reduzir o estudo das representações apenas àquelas do historiador” (REBÉRIOX, 1992. In. D’ALESSIO, 1998, p.113).

4. As vozes do genocídio

Para o historiador Pierre Vilar, uma das formas de se abordar historicamente algo é por meio do “evento”. A abordagem necessita conter a noção de causa, que deve examinar os fatos sociais, psicológicos, internacionais e o conjunto do mundo em torno do evento estudado. Também não se pode esquecer, segundo Vilar,

[...] do olhar humano, pois seria absurdo simular indiferença ou neutralidade, já que toda obra é construída também pelas tendências profundas do autor, o que já é um fato a ser estudado, pois a visão que se tem das coisas pode ser analisada, tanto quanto as coisas em si. Creio que a única objetividade é aquela que o próprio autor percebe e dá a perceber (VILAR, In. D’ALESSIO, 1998, p. 70).

O evento que motivou a abordagem do jornalista Philip Gourevitch foi o genocídio, patrocinado pelo Estado ruandês, da minoria étnica *tutsi* pela maioria *hutu* entre abril e julho de 1994. Descrito pela mídia internacional como uma guerra civil, pelo menos 800 mil pessoas (mais de um décimo da população da Ruanda) foram

mortas pelos próprios vizinhos e colegas da maneira mais primitiva: com golpes de facão.

Entre maio de 1995 e abril de 1998, Gourevitch passou várias temporadas em Ruanda. Ouviu sobreviventes, governantes, diplomatas, agentes internacionais e até mesmo assassinos; e pesquisou em profundidade a história do país, buscando as origens da rivalidade entre *tutsis* e *hutus*. Rejeitando interpretações superficiais, o jornalista recuperou o fato sob as perspectivas sociais e históricas.

Ao testemunhar o resultado e, ao mesmo tempo, refletir sobre o genocídio, o relato do jornalista é escrito em primeira pessoa, entrelaçado por diálogos com as testemunhas - sempre caracterizando suas falas entre aspas - e repleto de comentários sobre a geografia dos locais visitados, as características das pessoas que encontra ou sobre algum episódio que ocorrera durante os três anos de pesquisa.

Aqueles mortos ruandeses estarão comigo para sempre, eu acho. Eis por que me senti compelido a ir a Nyarubuye: para que grudassem em mim – não a experiência deles, mas a experiência de tê-los visto. Eles haviam sido assassinados ali, e jaziam mortos ali (GOUREVITCH, 2000, p. 20).

Em outros trechos, o jornalista fala diretamente com o leitor, interpelando sobre o que o está motivando a ler sobre o genocídio.

Talvez, examinando comigo esse extremo, vocês esperem encontrar alguma compreensão, alguma luz, alguma centelha de autoconhecimento – uma moral, ou uma lição, ou uma pista sobre como se comportar nesse mundo: alguma informação desse tipo (GOUREVITCH, 2000, p.24).

E explica os próprios motivos que o levaram a essa busca.

A principal razão que me levou a observar mais de perto as histórias de Ruanda, é a de que ignorá-las me deixa ainda mais desconfortável diante da existência e do meu lugar nela. O horror, enquanto horror, me interessa apenas na medida em que para entender o legado de um crime é preciso ter nele uma memória detalhada (GOUREVITCH, 2000, p.24).

Para traçar as diferenças entre *hutus* e *tutsis* e argumentar sobre as origens da rivalidade, Gourevitch explanou suas pesquisas no capítulo quatro. *Hutus* e *tutsis* habitavam a Ruanda em relativa paz. Falavam a mesma língua e, apesar das características físicas distintas, tornou-se difícil diferenciá-los. Com a colonização belga, os *tutsis* - pecuaristas e por isso, mais poderosos – foram incentivados a reprimir os *hutus* - agricultores. A dinastia *tutsi* reinava desde o século XIV, com o herdeiro Rwabugiri.

As características físicas dos *tutsis* eram, entre os povos ruandeses, as mais parecidas com as características européias. Então, segundo a teoria hamítica proposta

pelo inglês John Hanning Speke em 1863, os *tutsis* eram considerados superiores em relação às outras raças. Como as teorias sobre as raças de Speke eram tomadas como evangelho pelos colonizadores de Ruanda, as diferenças entre *tutsis* e *hutus* intensificavam-se na medida em que os belgas favoreciam a raça *tutsi*. Entretanto, até 1959 nenhum conflito violento entre as etnias havia sido registrado.

Segundo a historiadora Madeleine Rebérioux, em Ruanda

[...] os trabalhos dos historiadores procuraram menos distinguir etnias “hutu” e “tutsi” que compreender o papel dos Estados, colonizadores – inclusive a França – na constituição dessas ‘identidades étnicas’ há tanto tempo ignoradas e mesmo ridicularizadas (REBÉRIOUX, In. D’ALESSIO, 1998, p. 122).

Ao resgatar as origens dos *tutsis* e *hutus*, o jornalista busca a historiografia local e acaba por revelar a precariedade desses estudos.

[...] Mas não existe nenhum documento confiável sobre o Estado pré-colonial. Os ruandeses não tinham escrita; sua tradição era oral, portanto maleável. [...] Evidentemente, no cerne dos debates históricos de Ruanda estão idéias conflitantes a respeito das relações entre *hutus* e *tutsis*, e por isso é frustrante que as raízes pré-coloniais dessas relações sejam largamente inacessíveis. (GOUREVITCH, 2000, p.58)

O trecho da fala do pensador político Mahmood Mamdani também auxilia na comprovação da insuficiência de documentos históricos em Ruanda.

“Que muito do que se passava como fato histórico nos círculos acadêmicos tenha de ser considerado mera hipótese – se não pura ficção – está se tornando claro à medida que a sobriedade pós-genocídio obriga um crescente número de historiadores a levar a sério o uso político que vinha sendo feito de seus escritos, e seus leitores a questionar a certeza de que muitas afirmações eram apresentadas” (Mahmood Mamdani *apud* GOUREVITCH, 2000, p. 59).

A insuficiente documentação histórica é realidade em toda a África. Por isso, a atitude européia em relação à África era considerá-la um continente sem história. Em 1830-1 Hegel formulou nas conferências de Jena, o mais famoso exemplo dessa opinião, publicada como *Phylosophy of History*.

“Neste ponto deixamos a África, para não mais a mencionarmos. Pois ela não é parte histórica do Mundo; não tem movimento ou desenvolvimento para mostrar... O que compreendemos apropriadamente por África é o Espírito Não-Histórico, Subdesenvolvido, ainda envolvido nas condições simples da simples natureza, que só tem que ser apresentada aqui como situada no limiar do mundo” (Hegel *apud* WESSELING. In. BURKE, 1992, p. 109).

O fato de a Europa desconsiderar o continente africano por seu subdesenvolvimento será retomado no episódio do genocídio. As denúncias da

indiferença dos governos internacionais também partem geralmente dos depoimentos daqueles que estiveram encurralados em esconderijos fugindo da morte. E mesmo com a Unamir, Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda, os refugiados *tutsis* não estavam protegidos.

Uma noite, em janeiro de 1994, pouco depois de ter regressado do Burundi para Kigali, Odette levava de carro dois primos de volta ao hotel em que estavam hospedados quando seu carro foi subitamente cercado por um bando da interahamwe, aos gritos. [...] “Chamei Dellaire”, disse ela, “mas ninguém da Unamir apareceu. Percebi então que aquela gente nunca nos protegeria.” (GOUREVITCH, 2000, p.122-3)

Durante as viagens de Gourevitch a Ruanda, o jornalista sente a dificuldade de encontrar provas concretas do genocídio, por isso as palavras dos entrevistados tornam-se essenciais para o encadeamento dos acontecimentos.

[...] nem mesmo os ossos eventualmente expostos, o número notável de pessoas amputadas ou deformadas por cicatrizes e a superabundância de orfanatos lotados poderiam ser tomados como evidência de que o que havia acontecido em Ruanda era uma tentativa de eliminação de todo um povo. Para isso, só havia as histórias das pessoas (GOUREVITCH, 2000, p. 26).

O historiador Eric J. Hobsbawn explica que as trajetórias pessoais de cada um dos entrevistados constituem elementos necessários para o esclarecimento de todo o acontecimento.

[...] o acontecimento, o *indivíduo*, e mesmo a reconstrução de algum estado de espírito, o modo de pensar o passado, não são fins em si mesmos, mas constituem o meio de esclarecer alguma questão mais abrangente, que vai muito além da estória particular e seus personagens. (HOBSBAWN apud SCHIMIT, 1997, p.11)

É por meio dessas “histórias das pessoas” que se torna possível encontrar os possíveis responsáveis pela matança. Em uma conversa com o sobrevivente Nkurunziza, Gourevitch entende como o governo ruandês foi o grande responsável para que o extermínio se configurasse em genocídio.

Na história de Ruanda, todo mundo obedece à autoridade. As pessoas reverenciam o poder, e o nível de educação não é suficiente. Você pega uma população pobre e ignorante, joga uma arma na mão de cada um e diz: “É sua. Mate.” Eles obedecerão. [...] Portando, as pessoas influentes, ou os grandes homens de negócio são as grandes figuras do genocídio. [...] E, em Ruanda, uma ordem pode ser dada muito silenciosamente. (GOUREVITCH, 2000, p. 29)

A partir do capítulo cinco uma nova testemunha surge no relato do jornalista. Odette, uma médica *tutsi*, conta, buscando em sua detalhista memória, os grandes



acontecimentos desde que a rixa entre *tutsis* e *hutus* tornou-se mais explícita e violenta. A partir de 1959, alguns ataques bem organizados aos *tutsis* quebram a “paz” entre os vizinhos. O governo agora era dos *hutus* e os *tutsis* viram iniciar uma temporada sem fim de medo.

Mesclado às lembranças de Odette, Gourevitch descreve a evolução – se é que pode ser chamada assim – dos governos, as revoltas, a formação da Frente Patriótica Ruandesa que buscava uma revolução, os ataques em várias cidades, a vida dos refugiados, a atuação governamental para manter o poder unindo às Forças Armadas Ruandesas tropas da França, Bélgica e Zaire, e o pânico dos fugitivos por serem *tutsis* ainda vivos no meio de toda a ameaça.

Formaram-se milícias e os ataques ficaram cada vez mais freqüentes ao longo dos anos. O principal motivo dos ataques era a suposta ameaça que a FPR trazia à população ruandesa. Até o genocídio de 1994, o que se caracterizou como Poder Hutu já havia assassinado grande parte da população *tutsi*, estimulado pelo regime de Habyarimana por meio de comícios e pela divulgação no rádio estatal.

O desenrolar dos meses do genocídio é permeado pelas histórias pessoais dos entrevistados de Gourevitch. O enfoque dado pelo jornalista não deixa brechas sobre o genocídio. O jornalista aborda todo o processo de “limpeza” de Ruanda após o massacre; a situação dos campos de refugiados por todo o país; a influência de países vizinhos, como o Zaire (antigo Congo) na perduração do medo entre os refugiados; o desejo do Poder Hutu de ainda exterminar os *tutsis*; os pronunciamentos e visitas de governantes de países como os Estados Unidos e sua repercussão; a retomada da presidência de Ruanda por um *tutsi*; a formação de um governo heterogêneo; a ameaça de estarem em uma guerra sem fim ou prestes a recomeçar.

As vozes das pessoas que passaram pelo horror da tragédia são colocadas como testemunho, “prova” de que aquilo que está sendo contado é verossímil. O embasamento histórico possível por meio das pesquisas de Gourevitch também atribui credibilidade aos acontecimentos descritos. Dessa forma, tanto um documento histórico que fosse escrito contando as histórias do genocídio em Ruanda, quanto o livro-reportagem de Philip Gourevitch, possuem autoridade suficiente para serem considerados visões plausíveis do acontecimento.

5. Da investigação ao resultado transcendente

Para um historiador, trabalho. Para um jornalista, esclarecimento.



Estar em Ruanda meses depois de uma tragédia comparada por muitos como o Holocausto, fez com que a sensibilidade do jornalista Philip Gourevitch aflorasse ao mesmo tempo em que sua determinação para buscar respostas o conduzia por um caminho de denúncias, indignação, ódio, desejo de vingança, mas, principalmente, desejo de paz.

Tanto quanto o trabalho de um historiador, o jornalista se mostra hábil na escrita e na pesquisa sobre um país, sobre um grupo ou sobre um fato. Desconsiderar essa habilidade jornalística por não ser usualmente percebida em materiais efêmeros, é desconsiderar a sua existência em produções mais densas e aprofundadas como o livro-reportagem. De maneira séria e honesta, *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias* – Histórias de Ruanda constitui uma comprovação da abrangência jornalística e da capacidade do jornalismo, sim, ser História.

O jornalismo, por meio do livro-reportagem, consegue transcender o próprio campo, entrar em outros territórios, expandir-se. Segundo Lima,

O livro-reportagem é parte do mundo do jornalismo, mas possui sua própria autonomia, que exatamente lhe possibilita experimentações impraticáveis nas redações dos veículos periódicos. Por isso, penetra num território novo, podendo transcender o jornalismo – pelo menos na sua concepção conservadora -, gerar um novo campo. (LIMA, 2004, p.14)

A denúncia e o desabafo das centenas de pessoas que falaram com o jornalista durante os desdobramentos do fim do genocídio foram essenciais para a compreensão da complexidade de tal acontecimento. Unindo o testemunho de todos os lados desse episódio, desde os mocinhos até os vilões e juntando com toda a abordagem histórica do país, necessária para constituir o embasamento, Gourevitch se sai como um digno intermediário entre o mundo e as histórias desconhecidas ou esquecidas de Ruanda.

Referências bibliográficas

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARLOS, Ana Maria & ESTEVES, Antônio R. (orgs). *Ficção e História: Leituras de romances contemporâneos*. Assis: FCL – Assis - UNESP, 2007.

D'ALESSIO, Maria Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.



GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias* – Histórias de Ruanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEENHARDT, Jacques & PASAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é Livro-Reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri, SP: Manole, 2004.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales. A inovação em História*. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias ... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos*, 1997. Disponível em:
<<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/207.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2009.